

## **DO SENADOR DALIRIO BEBER (PSDB-SC)**

Brasileiros e brasileiras,

Catarinenses,

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Existem pessoas que são permanentemente submetidas à necessidade de julgar.

Tarefa difícil, especialmente quando se sabe existirem vidas humanas, que serão afetadas com o veredito proferido.

Os Senadores e Senadoras desta Casa tem esta responsabilidade, da qual não podem se esquivar, mesmo que sua função precípua fosse legislar e fiscalizar o Executivo.

Vejam, por exemplo, quantas decisões importantes a Suprema Corte do Brasil tem tomado, e por vezes, por diferença de apenas um voto.

Imagino o quanto de responsabilidade, um Ministro do Supremo Tribunal Federal tem, ao saber que, por maioria simples, seu voto pode ser o decisivo, e com ele mudar fortemente práticas, e contrariar dogmas que parcelas consideráveis da população defendiam.

Mas a democracia, que todos prezamos, nos obriga a respeitar a decisão. E fazemos isso com naturalidade.

Assim, também, Senhoras e Senhores Senadores, é o que acontece conosco neste momento, somos juízes de um processo de impeachment, que se move contra a maior autoridade da República, a Presidente Dilma Rousseff.

Diferentemente do Supremo, onde se decidem casos de grande impacto e alcance social, por maioria simples, aqui, no Senado Federal, no caso do impeachment, nossa decisão para interromper o mandato da presidente, requer que no mínimo dois terços, ou mais dos Senadores, votem favoravelmente.

Não é aceitável, portanto, que se deixe de considerar que a decisão por número tão expressivo, não seja aceita por um número inferior a um terço dos senadores.

Não podemos, em hipótese alguma, aceitar que existam Senadores mais ou menos qualificados, mais ou menos responsáveis. Todos os que ocupam cadeiras nesta Casa, independentemente de sua posição, devem ser respeitados.

Avaliando os aspetos jurídicos do processo, existe hoje o convencimento, de que os crimes de responsabilidade ocorreram, quando da edição de decretos promovendo suplementação orçamentária, e o uso do caixa dos bancos públicos para suprir a falta de recursos do Tesouro Nacional para honrar seus compromissos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é clara na vedação destas práticas.

Portanto, no aspecto jurídico, a argumentação da defesa da presidente, mostrou-se insuficiente para destruir as irrefutáveis argumentações, que o relatório da Comissão Especial de Impeachment trouxe para que cada Senador formasse seu juízo.

Por isso, de nada adiante semearmos o terror, usar as redes sociais para enviar ameaças de morte; incitar a população a se organizar para resistir; para provocar bandalheiras, destruição do patrimônio público e do privado, visando amedrontar os julgadores desta Casa.

Vamos exercer a democracia, fazendo o que estamos fazendo há meses, que é a boa discussão da matéria, o bom confronto de ideias. Mas ao final, votada a matéria, aceitar o resultado que surgir.

Na vida, ora se vence e ora se perde. Tiremos, pois, lições de todos os acontecimentos.

Os crimes de responsabilidade não podem ser tratados como coisas banais, afinal, a vida dos brasileiros, foi duramente afetada, e ninguém pode negar isto.

A inflação que atenta contra os mais pobres, voltou! Juros altos desestimulam o investimento, a inexistência de superávit provoca o aumento da dívida pública em percentuais sobre o PIB, jamais imaginados.

A sequência de quedas do PIB, desenhou um quadro inteiramente desfavorável ao emprego, por isso, mais de doze milhões de brasileiros vagueiam diariamente pelas ruas das nossas cidades, em busca de uma oportunidade de trabalho que possa assegurar o sustento de suas famílias.

Os empresários, geradores de emprego estão desanimando, muitos deles encerraram seus negócios, pois não tiveram mais condições de continuar sua atividade. Outros estão com mais de 50% de sua capacidade de produção, totalmente ociosa.

Isso não pode continuar assim!

O governo tem responsabilidade sobre tudo o que acontece. Não soube ser previdente, não soube ser cauteloso nos tempos de bonança.

Agora, pagamos o alto preço das inconseqüências, das irresponsabilidades de políticas públicas, sabidamente não adequadas às condições econômicas do Brasil.

Assim, pensando no Brasil dos desempregados que amargam a dor de não terem o que oferecer as suas famílias; nos trabalhadores que podem passar a fazer parte do rol dos desempregados; das donas de casa que vêm a cada dia a inflação aumentando o preço daquilo que é básico para dentro de sua casa; do empresário – empreendedor que sempre colocou seu capital ao risco de seu negócio; dos municípios brasileiros que vivem as maiores dificuldades da história da república; dos governos estaduais igualmente atingidos pelo fracasso da política econômica implantada pelo governo da Presidente Dilma.

Por tudo isso, declaro-me convencido da ocorrência dos crimes de responsabilidade, inteiramente comprovado em relatório irrefutável aprovado pela Comissão Especial do processo de impeachment, no qual se assegurou amplo direito de defesa.

E também, levando em conta o convencimento pessoal de que o caos econômico a que o Brasil foi submetido, e ainda, convencido de que a Presidente Dilma Rousseff perdeu inteiramente sua capacidade para dialogar com a sociedade brasileira, com os agentes econômicos, com a classe política, condições indispensáveis para o enfrentamento responsável à superação dos desafios que se tem pela frente, informo que votarei sim, a favor do impeachment!

É próprio do ser humano, e do brasileiro em especial, encontrar saídas surpreendentes, e se reinventar mesmo nos momentos mais dramáticos da história.

Este não é um momento dramático, mas exige decisão!

É unido, que o Brasil se reconstruirá!